**Discurso Unimontes – 05/08/2025**
Tania Cristina Teixeira, presidenta do cofecon

Boa noite a todas e todos.

Gostaria de iniciar esta conversa agradecendo calorosamente à Universidade Estadual de Montes Claros pelo convite. Estar aqui hoje, diante de vocês — jovens, inquietos, cheios de ideias e sonhos — é uma honra imensa. Estamos reunidos para falar de economia internacional, um campo que, mais do que números e teorias, trata de pessoas, de escolhas coletivas e dos caminhos que estamos construindo, juntos, para o futuro da humanidade.

Porque estudar economia é muito mais do que decifrar gráficos e equações. É aprender a enxergar o invisível. É identificar desigualdades estruturais, compreender dinâmicas sociais e propor soluções concretas para um mundo que clama por mudanças. É desenvolver empatia, pensamento crítico e coragem para enfrentar os desafios do nosso tempo. E nunca esses desafios foram tão complexos, interligados e urgentes.

Vivemos em um mundo em transição. Um tempo de viradas históricas, rupturas e possibilidades. Olhar para a economia internacional hoje é como observar uma encruzilhada: múltiplas crises se sobrepõem — climática, geopolítica, sanitária, econômica — mas, ao mesmo tempo, novas ideias florescem, tecnologias surgem e vozes antes silenciadas conquistam espaço. É neste cenário que vocês estão se formando. É neste cenário que a ciência econômica ganha ainda mais relevância.

**Globalização: da euforia à vulnerabilidade**

Na década de 1990, vivíamos o fenômeno da globalização. O mundo parecia caminhar em direção à integração total. Com a consolidação da OMC, a expansão dos acordos multilaterais e a revolução digital iniciada pela internet, acreditava-se que o crescimento econômico global era inevitável, automático e benéfico para todos. O mantra era claro: abrir mercados, reduzir o papel do estado, controlar a inflação.

Nos anos 2000, esse entusiasmo se intensificou com a ascensão da china como locomotiva da economia mundial. A crença na racionalidade dos mercados era quase absoluta. Alan greenspan chamou esse momento de "exuberância irracional" — e ele estava certo. Por trás do otimismo, escondiam-se fragilidades profundas: desigualdade crescente, bolhas especulativas, excesso de confiança na autorregulação e uma financeirização descontrolada.

**2008: o colapso que mudou tudo**

A crise financeira de 2008 foi um divisor de águas. Nascida no coração do sistema financeiro dos EUA, espalhou-se como um incêndio global. Milhões perderam empregos, casas, economias. E os paradigmas da economia ortodoxa — austeridade, mínima intervenção estatal, supremacia do setor privado — ruíram. Foi o Estado, tão criticado até então, quem teve que resgatar bancos, sustentar empresas e proteger populações inteiras.

Essa crise reacendeu debates centrais: qual o papel do Estado? Qual o limite da desregulamentação? Que tipo de crescimento estamos promovendo? Na Europa, um dos principais paradigmas econômicos em discussão era a austeridade fiscal, e o país mais afetado pela crise era a Grécia.

Ao mesmo tempo, obras como o capital no século XXI, de Thomas Piketty, colocaram a desigualdade no centro da discussão, ao mesmo tempo em que começava um movimento de avanço das plataformas digitais com trabalhos precarizados, sem vínculo trabalhista e proteção social.

**Acordo de Paris e a virada verde**

Em meio a essas mudanças, uma nova agenda emergiu com força: a ambiental. O Acordo de Paris, em 2015, marcou uma virada. Pela primeira vez, países se comprometeram formalmente com metas de redução de emissões, reconhecendo que a sustentabilidade não é um luxo — é uma urgência. O limite de 1,5°c tornou-se símbolo de um pacto global que não é apenas climático, mas também econômico, social e ético.

A partir daí, sustentabilidade deixou de ser pauta marginal. Tornou-se critério de viabilidade econômica. Bancos, empresas, governos: todos passaram a incorporar os riscos climáticos em seus planejamentos. E junto com os riscos, vieram as oportunidades: inovação tecnológica, empregos verdes, novos modelos produtivos mais resilientes e inclusivos.

**Covid-19: um teste brutal para o sistema**

E então, veio 2020. A pandemia da Covid-19 escancarou tudo o que já vínhamos debatendo. Cadeias produtivas globais foram interrompidas. Diversos países enfrentaram escassez de insumos básicos. A busca por preço mínimo revelou-se frágil diante da ausência de soberania produtiva, e hoje as cadeias globais de suprimentos vêm sendo reconfiguradas de modo a garantir a segurança do fornecimento, e não necessariamente o preço mínimo. O colapso sanitário revelou os limites da austeridade e a importância de sistemas públicos fortes, integrados e bem financiados.

Mais uma vez, coube ao estado coordenar a resposta. Governos de todas as orientações ideológicas mobilizaram recursos públicos em escalas inéditas no século XXI, não apenas para salvar vidas, mas também para preservar empregos, sustentar empresas estratégicas e evitar um colapso econômico generalizado.

**Guerras e rupturas geopolíticas**

A guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, e a escalada da violência em Gaza em 2023, não são apenas tragédias humanas. São também catalisadores de mudanças econômicas profundas. Elas alteraram cadeias de suprimentos, impactaram preços globais e colocaram em xeque a interdependência excessiva entre países. A Europa, por exemplo, viu-se forçada a rever sua matriz energética, buscando alternativas ao gás russo e antecipando investimentos em energias renováveis. Já os países do Sul Global, sobretudo importadores líquidos de alimentos e combustíveis, enfrentaram pressões inflacionárias e riscos de desabastecimento, agravando as desigualdades internacionais.

A guerra aprofundou a tendência de regionalização dos fluxos comerciais e produtivos, com ênfase na segurança econômica, soberania tecnológica e redução de vulnerabilidades externas. As agendas nacionais passaram a priorizar setores considerados estratégicos — como semicondutores, baterias, energia limpa e alimentos —, muitas vezes sob a lógica da reindustrialização ou da relocalização produtiva.

**Protecionismo e o redesenho da ordem global**

Agora, em 2025, vemos o retorno do protecionismo. As tarifas impostas pelo presidente norte-americano Donald Trump rompem com décadas de cooperação multilateral. O que antes era diálogo, virou imposição unilateral. Ao invés de promoverem soluções coletivas para desafios compartilhados, tais medidas aprofundam a fragmentação da ordem econômica internacional e evidenciam uma disputa por hegemonia. E essa tendência tem impacto direto nos países em desenvolvimento, que enfrentam desafios ainda maiores para inserir-se em cadeias globais com autonomia e justiça.

**Brics: novas vozes, novos rumos**

Neste cenário, blocos como os BRICs ganham protagonismo. Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul — e agora, com novos membros — constroem uma proposta alternativa: cooperação Sul-Sul, respeito à soberania, desenvolvimento conjunto. O Novo Banco de Desenvolvimento é um exemplo concreto dessa nova engenharia financeira que busca oferecer caminhos mais inclusivos, menos subordinados à lógica dos centros hegemônicos.

Por outro lado, instituições como ONU, OMC, FMI e Banco Mundial enfrentam uma profunda crise de legitimidade. Seus modelos de decisão já não representam o mundo atual. Suas respostas são lentas, excludentes, muitas vezes desconectadas das realidades do Sul Global. É por isso que novos arranjos multilaterais surgem: para preencher lacunas, para renovar práticas, para incluir vozes que estão à margem dos processos globais de decisão.

**O Brasil: potência ambiental e voz global**

O Brasil ocupa uma posição muito importante neste cenário. Com a maior biodiversidade do planeta, matriz energética limpa, território vasto e vocação diplomática, temos todos os elementos para liderar uma transição ecológica justa. Temos a oportunidade de combinar desenvolvimento econômico com inclusão social, inovação tecnológica com preservação ambiental.

Ao mesmo tempo, temos uma vocação estratégica para o diálogo multilateral, para a construção de pontes e para a promoção da paz. Com o retorno à cena internacional nos últimos anos — incluindo a presidência do G20 e a preparação para a COP30 em Belém — o Brasil tem mostrado que está pronto para exercer protagonismo.

Além disso, no plano interno, com iniciativas como o Novo PAC, o Nova Indústria Brasil e o plano de transição ecológica, o país articula um modelo de desenvolvimento que valoriza o que temos de mais estratégico: nossa gente, nossos saberes, nossos recursos naturais. Mas isso exige planejamento, investimento em ciência, fortalecimento do estado e, sobretudo, vontade política de fazer diferente.

**Vocês, jovens economistas, e o mundo que se abre**

Queridas e queridos estudantes: o momento é de efervescência. O mundo está em transformação bastante ágil. E vocês, ao escolherem a economia como campo de atuação, escolheram estar no centro das grandes decisões do nosso tempo.

A universidade pública é o solo fértil onde germinam as ideias que podem mudar o mundo. Aqui, vocês aprendem a pensar criticamente, a debater com respeito, a formular alternativas. Aqui, o conhecimento se mistura com afeto, com história, com diversidade. É nesse terreno que nascem os projetos transformadores.

A economia é mais do que uma ciência. É um campo de disputa de ideias, de valores, de projetos de país. É nela que se define como vamos viver, o que vamos priorizar, quem vai ganhar e quem vai perder. Por isso, estudem com paixão. Conectem-se com a realidade. Escutem as pessoas. Façam perguntas incômodas. E, sobretudo, sonhem grande — porque o Brasil precisa de sonhos corajosos.

Sonhem com um país justo, sustentável, próspero e solidário. E atuem para torná-lo realidade. O Brasil e o mundo precisam de economistas que não tenham medo de imaginar o novo, de propor o diferente, de defender o que é certo, mesmo quando isso for difícil.

O futuro não está escrito. Ele será moldado pelas escolhas que fizermos hoje. E eu acredito profundamente que vocês, com suas ideias, suas vozes e sua sensibilidade, serão protagonistas dessa construção. Portanto, ocupem estes espaços.

Muito obrigada,

Tania Cristina Teixeira, presidenta do Conselho Federal de Economia